

zilor

Energia e Alimentos

#NossaEnergiaTransformaTerra



Demonstrações Financeiras

Companhia Agrícola Quatá

31 de março de 2025
com Relatório dos auditores independentes

SAFRA 24/25

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4

Demonstração do resultado 5

Demonstração do resultado abrangente 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto 8

Demonstração do valor adicionado 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10



Relatório da Administração

A Diretoria

1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 24/25, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito a sociedade e perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

1.1. Visão Geral da Companhia

A Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.

As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando-se em consideração as particularidades de cada empresa, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas.

2. Governança

2.1. Governança Corporativa

Ao longo das últimas safras a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, aumentar a Governança e maximizar os seus resultados.

O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança e é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.



2.2. Política de dividendos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento.

2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos administrados pela União Federal, Estados, Municípios e Previdência Social.

3. Receita

Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Receita Líquida	95,8	86,1	9,7	11,3%
Total	95,8	86,1	9,7	11,3%

O aumento na receita foi impulsionado principalmente pelo aumento do volume de produção devido à aquisição de terras. Além disso, houve uma redução de 1% no preço médio da tonelada de cana na safra 24/25 em comparação com a safra 23/24, passando de R\$ 146,81/t para R\$ 145,82/t.

4. Custo do Produto Vendido (CPV)

CPV - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Benfeitorias	0,37	0,46	(0,09)	-20,0%
Total	0,37	0,46	(0,09)	-20,0%

O custo na safra 24/25 teve uma redução, devido principalmente pela depreciação de benfeitoria em áreas agrícolas.



5. Despesas Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Despesas administrativas e gerais	(10,6)	(4,2)	(6,4)	153,1%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1,5	(0,5)	2,0	-419,0%
Total	(9,1)	(4,7)	(4,4)	92,3%

A variação da linha de despesa administrativas e gerais é oriunda de compartilhamento de despesas intragrupo no total de R\$ 3,4 milhões e R\$ 2,6 milhões referente a honorários advocatícios contratados no processo de aquisição de terras.

Na safra 24/25, as Outras Receitas Operacionais referem-se principalmente à alienação de imóvel no valor de R\$ 2,2 milhões.

6. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado exclui do Ebitda os efeitos apresentados na rubrica de outras despesas e receitas operacionais. Para se calcular o Ebit ajustado adicionamos a depreciação.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Ebitda	86,7	81,5	5,2	6,5%
Ebitda Ajustado	85,2	81,9	3,3	4,0%
Ebit	86,3	81,0	5,3	6,5%
Ebit Ajustado	84,8	81,4	3,4	4,1%

Aumento de 4,0% do EBITDA Ajustado é explicado pelo aumento de volume de produção devido a aquisição de terras.

7. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Receitas Financeiras	16,4	15,6	0,8	4,9%
Despesas Financeiras	(6,5)	(10,4)	3,9	-37,6%
Total	9,9	5,2	4,7	90,0%

Na safra 24/25, houve uma redução de R\$ 3,9 milhões nos juros sobre empréstimos, devido a diminuição da dívida total da Companhia, o que impactou positivamente o resultado financeiro.



8. Lucro do Exercício

Descritivo	Lucro Líquido - R\$ MM			
	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	65,2	58,3	6,9	11,8%

Durante a Safra 24/25, a Companhia verificou um aumento no seu lucro líquido em virtude do melhor faturamento e resultado financeiro.

Com o lucro líquido obtido na safra 24/25 a Companhia realizou as destinações do lucro acumulado, conforme previsto em seu Estatuto Social.

9. Estrutura de capital e Alongamento da dívida

Descritivo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Empréstimos	(1,1)	(50,5)	49,4	-97,8%
Caixa	131,5	141,4	(9,9)	-7,0%
Total	130,4	90,9	39,5	43,4%

Durante a safra 24/25, o caixa da Companhia reduziu R\$ 9,9 milhões, impactado principalmente pela realização de pagamentos dos empréstimos no valor de R\$ 49,4 milhões, reduzindo significativamente o endividamento da Companhia, o que foi compensado pelas receitas auferidas no período.

10. Considerações finais

A Safra 24/25 foi marcada por avanços estratégicos históricos que pavimentam o novo ciclo de crescimento da Zilor. Mesmo em um ano desafiador, com condições climáticas severas, nossa estratégia de safra assertiva e conservadora, ancorada pela nossa eficiência na indústria e no campo, garantiu o cumprimento das entregas como planejado. Nosso desempenho operacional robusto ao longo do ano, reforçado pelo aumento das exportações de energia com o início do projeto de expansão das operações de cogeração da Unidade Barra Grande em abril de 2024, impulsionou nossos resultados financeiros a novas máximas históricas, refletindo nosso foco em excelência operacional e produtos de maior valor agregado. Além disso, amparada pela forte cultura empreendedora e atuação proativa no mercado, a Zilor fez dois movimentos estratégicos transformacionais anunciados em outubro de 2024: a parceria com a Lesaffre, que incluiu a venda de 70% da Biorigin à multinacional francesa, e a aquisição da Unidade Salto Botelho (USB), que expandiu a presença geográfica e a capacidade produtiva da Companhia.



10. Considerações finais

Essa renovação estratégica do portfólio veio acompanhada de uma mudança de gestão histórica, com a minha chegada em dezembro como CEO, pela primeira vez um gestor não acionista, marcando o término do processo de profissionalização da Zilor e o compromisso da Companhia em assegurar seu crescimento sustentável, reputação e perenidade, priorizando o desenvolvimento de equipes de alta performance, a maximização de resultados, a otimização da estrutura de capital e maior geração de valor aos acionistas. Tudo isso mantendo os valores inegociáveis de disciplina financeira, melhora contínua de eficiência e foco na gestão cuidadosa de pessoas e segurança. Atualmente, nossa força de trabalho contempla cerca de 4.500 colaboradores, cuja expertise e dedicação têm sido fundamentais para nossa trajetória de sucesso e protagonismo nos setores em que atuamos. Estamos orgulhosos e empenhados em iniciar um novo capítulo de crescimento em nossa história, cientes do nosso propósito de seguir contribuindo para a segurança alimentar, energética e climática do nosso país e do planeta, desempenhando um papel social e ambiental que transcende os muros de nossas usinas e fazendas.

Como antecipamos, a Safra 24/25 enfrentou um cenário climático extremamente adverso, com secas e queimadas, em comparação à forte Safra 23/24, que registrou máximas históricas de produtividade no Centro-Sul do país. Nesse contexto, tivemos uma redução de 7,4% no volume de moagem em relação à Safra anterior, o que já era esperado com base em nossa série histórica e modelos de projeção. A queda na produção de açúcar e etanol foi parcialmente compensada pelo aumento de 2% no indicador de qualidade ATR, promovendo maior concentração de açúcar na cana e mix açucareiro, o que garantiu melhor remuneração da produção. Esse desempenho refletiu nossos esforços em manter a disciplina na execução de processos, a robustez do nosso pacote tecnológico e os contínuos investimentos no campo, incluindo a otimização da vinhaça. Nossa sólida atuação preventiva em segurança também ajudou a minimizar os impactos dos incêndios nos resultados, além de garantir a proteção de nossos colaboradores.

Ainda na divisão de agronegócio, um marco importante no início da Safra 24/25 foi a entrada em operação do projeto de expansão de cogeração de energia na Unidade Barra Grande, que impulsionou em 16% o volume de exportação de energia no período, em comparação à Safra 23/24. Os projetos de cogeração nas Unidades Barra Grande e São José são negócios estratégicos da Zilor que ajudam a mitigar a oscilação das commodities e aumentar a previsibilidade na geração de caixa da Companhia. No final da Safra 24/25, com a regularização das licenças relacionadas à linha de transmissão, as usinas passaram a contar com seu potencial máximo de cogeração, permitindo extrair mais valor dos ativos com a comercialização de um maior volume de energia, de acordo com as condições de mercado. Além desse incremento de volume, a vantagem competitiva da Zilor em seu negócio de exportação de energia é reforçada pela parceria estratégica da Companhia com a Newcom, que tem a Copersucar como uma de suas acionistas, o que reduz o risco de contraparte e aumenta a segurança das operações. Vale lembrar que a Zilor é fundadora e acionista relevante da Copersucar, com 12% de participação na maior comercializadora global de açúcar e etanol, e que está presente em mais de 70 países.

Outro marco estratégico na expansão do nosso agronegócio foi a aquisição da Unidade Salto Botelho (USB), anunciado em outubro de 2024, que aumentou em 15% a capacidade de moagem total da Zilor. Desde o closing da operação em dezembro, a Companhia vem usando sua expertise de quase 80 anos em um processo robusto de integração, abrangendo várias frentes, a fim de agregar à operação da USB os valores e os padrões de excelência operacional da Zilor. Alguns destaques desse processo incluem: (i) início dos trâmites para ingressar a USB no sistema Copersucar; (ii) integração das informações de campo e moagem da USB ao Centro de Operações Agrícolas (COA) da Zilor; (iii) implementação escalonada do modelo de segurança Zilor para todos os colaboradores da USB; (iv) evolução das adequações ambientais da USB ao padrão Zilor; e (v) conclusão da implantação do Programa de Ética, Compliance e Riscos da Zilor na USB, garantindo o nivelamento de diretrizes e princípios entre as duas empresas. Com todos esses avanços, olhando para a próxima Safra, esperamos extrair cada vez mais sinergias a partir do novo ativo, aumentando sua contribuição em nossos resultados.



10. Considerações finais

Já em nosso negócio de biotecnologia, o grande destaque do período foi o carve-out e o closing da aquisição do controle de 70% da Biorigin pela Lesaffre, em maio de 2025. A parceria da Zilor com um dos maiores e mais longevos players globais no segmento é um grande marco estratégico para escalar a produção de derivados de levedura da Companhia, com alto potencial sinérgico e de crescimento, em um negócio envolvendo produtos de alto valor agregado. Essa transação estratégica mostra nosso grau de comprometimento com o crescimento robusto, a diligência na alocação de capital e geração de caixa, além da otimização contínua da estrutura do nosso balanço. Concentraremos agora nossos esforços no mercado sucroenergético para seguirmos evoluindo em nosso protagonismo na agroindústria, amparados por vantagens competitivas cada vez mais sólidas, incluindo nossa robusta cultura familiar, força de trabalho engajada e experiente, ativos de alta qualidade, além do nosso modelo sinérgico de comercialização e operação com a Copersucar, exportadora brasileira líder no mercado de açúcar e etanol, com um eficiente e integrado sistema logístico multimodal.

Olhando para nosso desempenho financeiro, na Safra 24/25 registramos receita líquida consolidada recorde de R\$ 3,7 bilhões, refletindo nosso foco em eficiência e produtos de alto valor agregado. Os maiores preços futuros de açúcar fixados somados aos melhores preços de açúcar e etanol no mercado, com contribuição do incremento nos volumes de venda da Biorigin, levaram o EBITDA Ajustado da Companhia a superar seu patamar histórico, atingindo R\$ 1,084 bilhão, com alta de 5% na comparação com a Safra 23/24 e margem de 29%. Desde o início do seu ciclo de transformação há seis anos, a Zilor tem apresentado evolução consistente em seu EBITDA Ajustado, atingindo CAGR de cerca de 13% nesse período. Nosso lucro líquido ajustado superou R\$ 36 milhões no período, frente ao prejuízo de R\$ 59 milhões na Safra 23/24, excluindo o efeito pontual do recebimento dos precatórios na Safra anterior. Já a nossa alavancagem, medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,62x em 31 de março de 2025, frente a 0,98x em 31 de março de 2024.

Esse crescimento temporário do indicador reflete os movimentos estratégicos recentes da Companhia e não contempla os recursos recebidos pela venda de parte da Biorigin. Considerando a entrada de caixa com o closing da operação, nossa alavancagem pro forma atingiria 1,06x em 31 de março de 2025, mantendo-se estável na comparação anual. A Zilor segue comprometida com sua estratégia de desalavancagem e manutenção de caixa saudável, que superou R\$ 2 bilhões em 31 de março de 2025 e será reforçado no próximo trimestre com os recursos da venda da Biorigin, como já mencionamos.

Na Safra 24/25, para fazer frente aos seus projetos estratégicos, a Zilor captou R\$ 1,2 bilhão por meio de três emissões de debêntures, dos quais R\$ 900 milhões foram emitidos com prazo médio de sete anos, com destaque para a primeira emissão de debênture verde da Companhia, que contou com um Parecer de Segunda Opinião (SPO) sobre o Framework de Finanças Verdes da Zilor e se mostrou aderente a este tipo de transação. As captações realizadas no período melhoraram o perfil de dívida, com o alongamento de prazos. O uso eficiente e responsável do capital de terceiros, aliado à otimização da estrutura de capital, nos deixa em posição favorável para aproveitar novas oportunidades de crescimento e potencializar a geração de valor aos acionistas.



10. Considerações finais

No âmbito de ESG, a Zilor também marcou seu pioneirismo ao se tornar a primeira empresa do setor agroindustrial a conquistar a declaração de conformidade com a Prática Recomendada ABNT PR 2030, no primeiro trimestre de 2025, como resultado do trabalho realizado na Safra 24/25, no âmbito do Programa Zilor +Sustentável 2030. Essa conquista reflete o estágio de maturidade da Companhia em integrar critérios ambientais, sociais e de governança em sua estratégia e operações. Na frente social, a Companhia manteve seu comprometimento com as comunidades locais, apoiando mais de 60 instituições em 10 cidades em suas regiões de atuação. Na frente de segurança de nossos colaboradores, um importante marco foi a redução da taxa de frequência com afastamento de 2,99 para 1,36. Já na frente ambiental, o destaque da Safra 24/25 foi a conquista da recertificação ISCC CORSIA e ISCC CORSIA PLUS em duas usinas da Companhia, para a produção de biocombustível de aviação, mantendo nossa relevância no agronegócio e abrindo novas oportunidades de negócios.

Nesse contexto de conquistas marcantes, contínua evolução dos negócios, time de excelência com governança reforçada e contribuição da Zilor para o desenvolvimento do país pelas suas iniciativas nas frentes social e ambiental, sinto-me honrado em fazer parte deste novo ciclo de expansão da Companhia. Mesmo exercendo grandes mandatos profissionais globalmente, sempre fui apaixonado pelo Brasil, com uma ambição profunda de contribuir para um país melhor, e esta é uma excelente oportunidade de concretizar essa ambição, levando a Zilor para um novo patamar de crescimento.

Para terminar, gostaria de agradecer e contar com o apoio de todos os nossos colaboradores, acionistas e demais stakeholders nesta nova jornada.

Lençóis Paulista - SP, 26 de junho de 2025

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Companhia Agrícola Quatá
Lençóis Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração esta conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

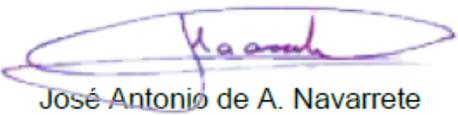
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-SP198698/O

Ativo	Nota	31/03/2025	31/03/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	131.476	141.364	Fornecedores		662	26
Impostos a recuperar	6	2.272	990	Empréstimos e financiamentos	10	1.077	26.160
Despesas antecipadas		-	3	Tributos a recolher		69	59
Imposto de renda e contribuição social	7	6.603	5.912	Tributos parcelados	11	306	514
				Salários e contribuições sociais		170	135
				Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	20.226	22.907
				Adiantamento de clientes	12	17.627	22.107
				Outros passivos		1.580	544
Total do ativo circulante		140.351	148.269	Total do passivo circulante		41.717	72.452
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	10	20	24.300
Outras contas a receber		1.349	2.990	Tributos parcelados	11	1.103	1.354
Depósitos judiciais	5	493	666	Provisão para contingências	13	7.323	7.528
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	260.613	260.751
Total do realizável a longo prazo		1.842	3.656	Total do passivo não circulante		269.059	293.933
Outros investimentos		52	52	Total do passivo		310.776	366.385
Propriedades de investimentos	9	797.064	793.309	Patrimônio líquido			
Imobilizado		2.280	2.280	Capital social		77.932	77.932
Total do ativo não circulante		801.238	799.297	Ajustes de avaliação patrimonial		498.562	498.982
				Reserva de lucros		13.785	4.267
				Distribuição de dividendos adicionais		40.534	-
				Total do patrimônio líquido		630.813	581.181
Total do ativo		941.589	947.566	Total do passivo e do patrimônio líquido		941.589	947.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	16	95.838	86.072
Custos das vendas	17	(372)	(465)
Lucro bruto		95.466	85.607
Despesas administrativas e gerais	17	(10.559)	(4.172)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	18	1.461	(458)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		86.368	80.977
Receitas financeiras	19	16.384	15.618
Despesas financeiras	20	(6.505)	(10.425)
Financeiras líquidas		9.879	5.193
Lucro antes dos impostos		96.247	86.170
Imposto de renda e contribuição corrente	7	(31.163)	(10.013)
Imposto de renda e contribuição diferido	7	138	(17.830)
Lucro líquido do exercício		65.222	58.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro líquido do exercício	65.222	58.327
Resultado abrangente total do exercício	65.222	58.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de investimentos	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Em 1º de abril de 2023	77.932	498.982	-	-	-	(28.903)	548.011
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.327	58.327
Destinação do lucro							
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(2.250)	(2.250)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(22.907)	(22.907)
Constituição de reserva legal	-	-	1.471	-	-	(1.471)	-
Reserva de investimento	-	-	-	2.796	-	(2.796)	-
Em 31 de março de 2024	77.932	498.982	1.471	2.796	-	-	581.181
Em 1º de abril de 2024	77.932	498.982	1.471	2.796	-	-	581.181
Realização do custo atribuído	-	(420)	-	-	-	420	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	65.222	65.222
Destinação do lucro							
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Constituição de reserva legal	-	-	3.282	-	-	(3.282)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.590)	(12.590)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	40.534	(40.534)	-
Reserva de investimento	-	-	-	6.236	-	(6.236)	-
Em 31 de março de 2025	77.932	498.562	4.753	9.032	40.534	-	630.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		96.247	86.170
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	17	373	499
Resultado na venda de propriedade para investimento (líquido)	18	(1.535)	-
Constituição de provisão para contingências	13	(233)	(885)
Apropriação de encargos financeiros	10	5.648	9.551
Variações monetárias de contingências	13	276	460
Outros ajustes de resultado		-	1
		100.776	95.796
Variações no capital circulante:			
Outras contas a receber		1.641	(192)
Adiantamentos a fornecedores		-	3
Impostos a recuperar		(1.282)	(17.321)
Imposto de renda e contribuição social		(105)	-
Despesas antecipadas		3	(3)
Depósitos judiciais	5	173	(445)
Fornecedores		636	(19)
Impostos e contribuições a recolher		10	17.813
Tributos parcelados		(180)	(416)
Salários e contribuições sociais		35	17
Reversão de provisão para contingências, liquidações	13	(248)	-
Adiantamento de clientes		(4.480)	-
Outros passivos		1.036	(928)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		98.015	94.305
Juros pagos sobre tributos parcelados		(279)	(80)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	10	(6.543)	(10.987)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.749)	(14.905)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		59.444	68.333
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de propriedade para investimento	9	(4.794)	-
Venda de propriedade para investimento		2.201	-
Fluxo de caixa líquido usado das atividades de investimentos		(2.593)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	8	(15.271)	-
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	10	(48.468)	(29.430)
Juros sobre capital próprio	8	(3.000)	(2.250)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(66.739)	(31.680)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(9.888)	36.653
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	141.364	104.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	131.476	141.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	31/03/2025	31/03/2024
Receitas	95.838	86.310
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	95.838	86.310
Insumos adquiridos de terceiros	(6.958)	(808)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(372)	(465)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(6.586)	(343)
Valor adicionado bruto	88.880	85.502
Depreciação e amortização	(373)	(499)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	88.507	85.003
Valor adicionado recebido em transferência	19.112	15.822
Receitas financeiras	16.384	15.618
Outras	2.728	204
Valor adicionado total a distribuir	107.619	100.825
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	1.558	666
Remuneração direta	314	239
Benefícios	1.221	409
FGTS	23	18
Impostos, taxas e contribuições	33.067	30.746
Federais	31.098	28.132
Estaduais	1.969	2.614
Remuneração de capitais de terceiros	7.772	11.087
Juros	6.505	10.425
Outros	1.267	662
Remuneração de capitais próprios	65.222	58.326
Dividendos	53.124	22.907
Juros sobre o capital próprio	3.000	2.250
Lucros retidos do exercício	9.098	33.169
Valor adicionado distribuído e retido	107.619	100.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista – SP, que explora as próprias terras de maneira passiva, mediante a cessão do uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que torna sua operação mais simples e menos onerosa.

As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando em consideração as particularidades de cada companhia, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas.



2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do CPC e os ativos e passivos financeiros que são designados à valor justo por meio do resultado, mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de junho de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.2. Mensuração do valor justo—Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O comitê de avaliação da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para venda em operação descontinuada. O comitê de avaliação compreende o responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. O comitê de avaliação decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, quais técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.2. Mensuração do valor justo—Continuação

Em cada data de reporte, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

O comitê de avaliação, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Em caráter interino, o comitê de avaliação e os avaliadores externos da Companhia apresentam os resultados da avaliação ao comitê de auditoria e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.3. Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas na Nota 3.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - corrente

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.4. Tributos—Continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção como um resultado das medidas de redução da emissão de gás carbônico.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.5. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando autorizada pelos membros da governança e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte.

Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o receptor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.7. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.7.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.3 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.7. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

2.7.1 Ativos financeiros—Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração—Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2 Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.7. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

2.7.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.7. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

2.7.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3;

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.7. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

2.7.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros—Continuação

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a Companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, a Companhia considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política da Companhia mensurar as perdas de crédito esperadas sobre esses instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. A Companhia utiliza as classificações (*ratings*) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.7. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

2.7.4 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial são incluídos nas atividades operacionais no balanço patrimonial.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.7. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

2.7.5 Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 10.

2.7.6 Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.7.7 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3;
- Propriedades para investimento - Nota 2.6;

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de março ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida também são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de março, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Grupo avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. Para uma discussão mais detalhada sobre o impacto dos riscos relacionados ao clima no valor em uso, vide Nota 9.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.12 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente).

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

2.13. Eventos após o período de relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.14. Lucro por ação (LPA)

O LPA básico é calculado dividindo o lucro do ano atribuível aos detentores de capital ordinário (titulares de ações ordinárias) pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O LPA diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital ordinário (após o ajuste para juros sobre as ações preferenciais conversíveis) pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais delitivas em ações ordinárias.

2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.15.1 IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

2.15.1 IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras—Continuação

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

2.15.2 IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19.

2.15.3 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado. Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.



2. Políticas contábeis materiais —Continuação

2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

2.15.3 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado. Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial—Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.15.4 Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa: 16 – Receita operacional líquida.

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota Explicativa nº 8: Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Nota Explicativa nº 9: Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

Nota Explicativa nº 13: Provisões

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.



4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2025	31/03/2024
Caixa e bancos	145	33
Aplicações financeiras	131.331	141.331
Total	131.476	141.364

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 101,61% (102,61% em março de 2024), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

5. Depósitos judiciais

	1º de abril de 2024	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2025
Tributárias	73	(116)	43	-
Cíveis e ambientais	292	(53)	86	325
Trabalhistas	301	(292)	159	168
Total de depósitos judiciais	666	(461)	288	493

	1º de abril de 2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias	-	89	-	(16)	73
Cíveis e ambientais	-	292	-	-	292
Trabalhistas	221	72	(62)	70	301
Total de depósitos judiciais	221	453	(62)	54	666

6. Impostos a recuperar

Itens de impostos a recuperar	31/03/2025	31/03/2024
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	2.272	990
Circulante	2.272	990

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos

	Saldo em 1º de Abril de 2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2025
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	13	(13)	-
Base negativa da contribuição social	5	(5)	-
Provisão para contingências	2.234	247	2.481
Outros	326	(307)	19
Total	2.578	(78)	2.500
Passivo não circulante			
Propriedades para investimentos – custo atribuído	(256.919)	216	(256.703)
Outros	(6.410)	-	(6.410)
Total	(263.329)	216	(263.113)
Efeito líquido no resultado e passivo fiscal diferido líquido	(260.751)	138	(260.613)



7. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	31/03/2025	31/03/2024
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	35	46
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	2.465	2.532
Total	2.500	2.578
Passivo de imposto diferido a ser liquidado		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	-	6.410
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	263.113	256.919
Total	263.113	263.329

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2025			31/03/2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	96.247	96.247	96.247	86.170	86.170	86.170
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(24.062)	(8.662)	(32.724)	(21.543)	(7.755)	(29.298)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Outras adições e exclusões permanentes	806	(127)	679	730	(41)	689
Juros sobre capital próprio	750	270	1.020	563	203	766
Tributos no resultado	(22.506)	(8.519)	(31.025)	(20.250)	(7.593)	(27.843)
Corrente	(22.607)	(8.556)	(31.163)	(6.238)	(3.775)	(10.013)
Diferido	101	37	138	(14.012)	(3.818)	(17.830)
Tributos no resultado	(22.506)	(8.519)	(31.025)	(20.250)	(7.593)	(27.843)
Alíquota efetiva	23,4%	8,9%	32,2%	23,5%	8,8%	32,3%



7. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

c) Ativo fiscal corrente

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	5.278	4.803
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.325	1.109
Total	6.603	5.912

IRPJ e CSLL

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício e exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais sem ocorrência de perdas. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

8. Partes relacionadas

a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante pago referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o período findo em 31 de março de 2025 foi no valor de R\$ 138 e R\$ 103 em 31 de março de 2024.

		<u>31/03/2025</u>	
		<u>AQ</u>	<u>Total</u>
Saldos			
Passivo circulante			
Duplicatas a pagar - despesas compartilhadas		569	569
		<u>31/03/2025</u>	
	<u>Nota</u>	<u>AQ</u>	<u>Total</u>
Operações			
Receitas operacionais	16	95.838	95.838
Despesas compartilhadas - Cost Sharing	17	3.441	3.441
		<u>31/03/2024</u>	
		<u>AQ</u>	<u>Total</u>
Operações			
Receitas operacionais		86.072	86.072
Despesa financeira - FINEP		(39)	(39)

As operações com partes relacionadas são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes.



8. Partes relacionadas--Continuação

b) Dividendos e juros sobre o Capital Próprio a pagar

	Saldo em 1º de abril de 2024	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2025
Dividendos da safra 23/24 (a) Companhia Agrícola Quatá	22.907	-	-	(15.271)	7.636
Juros sobre capital próprio da safra 24/25 (b) Companhia Agrícola Quatá	-	3.000	(450)	(2.550)	-
Dividendos da safra 24/25 (c) Companhia Agrícola Quatá	-	12.590	-	-	12.590
Total circulante	22.907	15.590	(450)	(17.821)	20.226

- (a) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 22.907 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2024, deliberado o pagamento em 12 parcelas no valor de R\$ 1.909. Durante a safra 24/25 foram pagos R\$ 15.271.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 24/25 foram pagos integralmente os valores a título de juros sobre capital próprio, líquido da retenção do IRRF no valor de R\$ 450.
- (c) Valor referente aos dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 12.590.



9. Propriedade para investimento

a) Movimentação das propriedades para investimento

	Terras	Benfeitorias de terras	Total
Em 1º de abril de 2023	787.061	6.621	793.682
Depreciação	-	(373)	(373)
Em 31 de março de 2024	787.061	6.248	793.309
Custo total	787.061	13.010	800.071
Depreciação acumulada	-	(6.762)	(6.762)
Valor líquido	787.061	6.248	793.309
Em 1º de abril de 2024	787.061	6.248	793.309
Aquisição	4.794	-	4.794
Alienação (residual)	(666)	-	(666)
Depreciação	-	(373)	(373)
Em 31 de março de 2025	791.189	5.875	797.064
Custo total	791.189	13.010	804.199
Depreciação acumulada	-	(7.135)	(7.135)
Valor líquido	791.189	5.875	797.064
Valor líquido de:			
Custo histórico	36.008	5.875	41.883
Mais-valia	755.181	-	755.181
Total	791.189	5.875	797.064

Vida útil

de 25 a 50 anos

O valor justo das propriedades em 31 de março de 2025 totalizava R\$ 4.341.300.



10. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	31/03/2025	31/03/2024
Moeda nacional:				
Linhas do BNDES	9,92	PRÉ	1.058	4.922
Linhas do BNDES / FINEP	-	TJLP	-	1.047
Linhas do BNDES	7,04	IPCA+ (TLP)	39	72
Crédito rural	-	CDI+	-	201
Capital de giro	-	CDI+	-	44.218
			1.097	50.460
Circulante			1.077	26.160
Não circulante			20	24.300

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2025	31/03/2024
De 13 a 24 meses	20	24.280
De 25 a 36 meses	-	20
Total	20	24.300

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos durante o exercício encerrado em março de 2025, são apresentadas abaixo:

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial em 1º de abril de 2024	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2025
Moeda Nacional	50.460	(48.468)	(6.543)	5.648	1.097
Total	50.460	(48.468)	(6.543)	5.648	1.097

a) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos na data de 31 de março de 2025 foi de 10,01% a.a. equivalente à CDI - 3,63% (14,23% a.a. em março de 2024 equivalente à CDI + 3,24%). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 5.648 (R\$ 9.551 em março de 2024) (nota explicativa 20).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 6.543 (R\$ 10.987 em março de 2024), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 15.439 (R\$ 14.875 em março de 2024) (nota explicativa 19). Considerando R\$ 8.896 (R\$ 3.888 em março de 2024).



11. Tributos parcelados

	31/03/2025	31/03/2024
INSS - verbas sobre a folha de salários	1.398	1.724
INSS - salário educação	-	96
PIS - sobre faturamento - Lei 10.637/2002	11	48
	1.409	1.868
Circulante	306	514
Não circulante	1.103	1.354

Os tributos parcelados referem-se a fatos anteriores a reorganização patrimonial, sendo assim, permanecem sob responsabilidade da Companhia.

12. Adiantamento de clientes

	31/03/2025	31/03/2024
Adiantamento de clientes - venda de cana	17.627	22.107
Provisão de despesas	1.580	544
Total	19.207	22.651

13. Provisão para processos judiciais

	1º de abril de 2024	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de março de 2025
Tributárias	718	131	(182)	-	18	685
Cíveis e ambientais	239	5	(3)	(29)	8	220
Trabalhistas	6.571	484	(668)	(219)	250	6.418
Total de passivos contingentes	7.528	620	(853)	(248)	276	7.323

	1º de abril de 2023	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias	643	-	(15)	-	90	718
Cíveis e ambientais	234	-	(38)	-	43	239
Trabalhistas	7.076	612	(1.444)	-	327	6.571
Total de passivos contingentes	7.953	612	(1.497)	-	460	7.528

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas pela Companhia e com o auxílio dos seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 68.795 em março de 2025 (R\$ 171.732 em março de 2024). Além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.



13. Provisão para processos judiciais—Continuação

Os processos de maior relevância estão apresentados no quadro abaixo:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Tributárias (i)	30.185	29.254
Tributárias (ii)	29.761	28.831
Tributárias (iii)	35.777	34.652
Total	95.723	92.737

- (i) Declaração de compensação de saldo negativo de IRPJ ano-calendário 2011. Intimação/SACAT nº 185/2016 traz o Despacho Decisório SAORT 181/2016 indeferindo pedido de compensação, PER/DCOMP não homologada.
- (ii) Declaração de compensação de saldo negativo de IRPJ ano-calendário 2012. Intimação/SACAT nº 185/2016 traz o Despacho Decisório SAORT 181/2016 indeferindo pedido de compensação, PER/DCOMP não homologada.
- (iii) Auto de infração lavrado em 19/09/2016 cobrando multa isolada de 50% sobre Declarações de Compensação (DCOMP) não homologadas dos anos de 2011 a 2016.



14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 125.071.236.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

b) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, quando aplicável, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para propriedade para investimento em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos.

d) Dividendos propostos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da CAQ que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, cuja liberação varia de acordo com o indicador de dívida líquida Ebitda.

Conforme disposto no art. 33 do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, ajustados na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e para este resultado, apurado na forma do art. 191 da Lei 6.404/76.

A administração irá propor a assembleia dividendos adicionais relativos ao exercício findo em 31 de março de 2025, no montante de R\$40.534.

e) Juros sobre o capital próprio propostos

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em dezembro de 2024, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio ("JCP") foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da AQ. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do crédito ao beneficiário conforme mencionado na nota explicativa 8. O crédito correspondente aos JCP foi efetuado nos registros contábeis da Companhia em 21 de dezembro de 2023, de forma individualizada a cada acionista. O montante pago foi deduzido do IR, no valor de R\$ 450. O JCP foi pago integralmente durante a safra 24/25.



15. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/03/2025			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	131.331	-	131.331	131.331
Total	131.331	-	131.331	131.331
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	145	145	145
Total	-	145	145	145
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	662	662	662
Empréstimos e financiamentos	-	1.097	1.097	1.097
Adiantamento de clientes	-	17.647	17.647	17.647
Outros passivos	-	1.580	1.580	1.580
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	20.226	20.226	20.226
Total	-	41.212	41.212	41.212
	31/03/2024			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	141.331	-	141.331	141.331
Total	141.331	-	141.331	141.331
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	33	33	33
Total	-	33	33	33
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	26	26	26
Empréstimos e financiamentos	-	50.460	50.460	50.460
Adiantamento de clientes	-	22.107	22.107	22.107
Outros passivos	-	544	544	544
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	22.907	22.907	22.907
Total	-	96.044	96.044	96.044



15. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é minimizado principalmente pelo fato de que a operação é substancialmente realizada com sua parte relacionada AQ em função do contrato de parceria agrícola.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Não houve mudança relevante na redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes decorrente da utilização do método atual.



15. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

Atualmente as disponibilidades da Companhia totalizam valores superiores ao valor esperado para fazer frente ao seu endividamento e aos valores a serem pagos aos seus fornecedores.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31/03/2025					
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos						
Fornecedores	662	662	662	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.097	1.097	539	538	20	-
Adiantamento de clientes	17.627	17.627	17.627	-	-	-
Outros passivos	1.580	1.580	1.580	-	-	-
Total	20.966	20.966	20.408	538	20	-

	31/03/2024					
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos						
Fornecedores	26	26	26	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	50.460	50.457	13.645	12.065	24.727	20
Adiantamento de clientes	22.651	22.651	22.651	-	-	-
Outros passivos	544	544	544	-	-	-
Total	73.681	73.678	36.866	12.065	24.727	20



15. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

16. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita bruta de venda	95.838	86.310
Impostos sobre vendas	-	(238)
Total	95.838	86.072

Os exercícios comparativos apresentam reflexos da implementação da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1 a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual, a Companhia deixou de atuar ativamente na produção de cana-de-açúcar e passou a explorar as próprias terras de maneira passiva, mediante a cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola.



17. Despesas operacionais por natureza

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Custo		
Depreciação, amortização e baixa	373	499
Outras	(1)	(34)
Total	372	465
Despesas Administrativa		
Despesa com pessoal	1.558	666
Serviços prestados por terceiros	3.064	631
Impostos, taxas e contribuições	1.969	2.612
Despesas compartilhadas de empresas ligadas	3.441	-
Outras	527	263
Total	10.559	4.172
Total despesas e custo	10.931	4.637
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	372	465
Despesas administrativas e gerais	10.559	4.172
Total	10.931	4.637

18. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lavoura parceiros	83	104
Provisão para contingências (i)	205	(629)
Recuperação de outras despesas operacionais	(50)	(18)
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados	1.535	-
Outras	(312)	85
Total	1.461	(458)

(i) Refere-se a provisões Tributária, Cíveis e Trabalhista.



19. Receitas financeiras

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Juros sobre aplicações financeiras	15.439	14.875
Juros sobre atualização de créditos tributários	945	688
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	-	55
Total	<u>16.384</u>	<u>15.618</u>

20. Despesas financeiras

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(5.648)	(9.551)
Juros sobre demais operações	(3)	(11)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(854)	(863)
Total	<u>(6.505)</u>	<u>(10.425)</u>

21. Compromissos

A Companhia possui compromissos de venda de cana-de-açúcar com sua parte relacionada AQ decorrente do contrato de parceria agrícola até 2032, com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser vendida é calculada em função da parcela do fruto que lhe cabe no contrato de parceria agrícola por área geográfica. O montante a ser recebido pela Companhia será determinado ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. Cabe destacar que parte da produção de cana da CAQ é comercializada com a AQ a preço fixo, essa operação visa garantir fluxos de caixas mais previsíveis para a Companhia.

22. Lucro por ação (Em R\$,00)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	65.222.470,00	58.326.779,39
Quantidade de ações ordinárias	125.071.236	125.071.236
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,5214826</u>	<u>0,4663485</u>



23. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista de suas partes relacionadas em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

Açucareira Quatá	31/03/2025	31/03/2024
Avais, fianças e garantias	2.430.000	2.031.830
Empréstimos e financiamentos	1.097	50.460
Total	2.431.097	2.082.290

A Companhia concedeu garantia a AQ que captou recursos por meio de emissão de Cédula de Produto Rural Financeira, no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 7,0% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.

Foram emitidas 450.000 de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000. As Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022. As Debêntures terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,9% ao ano.

Emitida em 22 de dezembro de 2023, instrumento particular de escritura da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da AQ. Foram emitidas 300.000 Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R\$ 300.000. As Debêntures terão vigência de sete anos contados da data de liquidação, ocorrida em 12 de janeiro de 2024, com amortizações anuais a partir do 4º ano e remuneração de 100% do IPCA + 7,31% ao ano. Concomitantemente à obtenção das debêntures foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,70% ao ano.

Emitida em 31 de maio de 2024, instrumento particular de escritura da quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da AQ. Foram emitidas 300.000 Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando R\$ 300.000. As Debêntures terão vigência de seis anos e meio contados da data de liquidação, ocorrida em 20 de setembro de 2024, com amortizações anuais a partir do 4º ano e remuneração de 100% do IPCA + 7,25% ao ano. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,40% ao ano.



23. Avais, fianças e garantias -- Continuação

Emitida em 10 de dezembro de 2024, instrumento particular de escritura da sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da AQ. Foram emitidas 500.000. Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando R\$ 500.000. As Debêntures terão vigência de oito anos contados da data de liquidação, ocorrida em 26 de dezembro de 2024, com amortizações anuais a partir do 6º ano e remuneração de 100% do IPCA + 8,63% ao ano. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,45% ao ano.

Emitida em 17 de dezembro de 2024, instrumento particular de escritura da sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da AQ. Foram emitidas 400.000. Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando R\$ 400.000. As Debêntures terão vigência de oito anos contados da data de liquidação, ocorrida em 30 de dezembro de 2024, com amortizações anuais a partir do 6º ano e remuneração de CDI + 1,20% ao ano.

24. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais, entretanto, foram substancialmente reduzidas em função da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1. Mesmo assim, a Companhia em harmonia com as demais empresas da Zilor diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.



Companhia Agrícola Quatá

CNPJ: 45.631.926/0001-13

Diretoria Executiva

Diretores

André Inserra
Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

